

**Para toda ação uma reação: repressão policial e resistências populares na cidade do  
Rio de Janeiro. 1902-1906**

***Daniele dos Reis Crespo\****

“A cidade é torta; a cidade é feia; a cidade é velha; toda a gente lastima que os nossos antepassados nos tenham legado um monstrengo assim; toda a gente maldisse dos administradores contemporâneos que nada endireitavam, antes continuaram a obra de entortamento; pois agora não seria justo reconhecer unanimemente o extraordinário benefício das demolições com que tiramos a geração por vir o direito de se queixar de nós como nós nos queixamos do passado?

Ao contrário disso, há até quem julgue nulo o serviço que tem prestado os governos municipal e federal, por entender que ‘ fácil é derrubar, dificultoso é construir’ (...).

Então, que é mais fácil? Destruir uma cidade ou fazer uma cidade?(...).

Como é que a picareta pode avançar sem vencer primeiramente muitas resistências de ordem moral? Como é que pode agir e demolir sem haver primeiramente satisfeito todas as exigências de propriedade, todas as exigências dos costumes arvorados em lei? “<sup>1</sup>

O fragmento anterior vem, como tantos outros vinculados na imprensa carioca da época, em defesa do prefeito Pereira Passos e sua política reformista na cidade do Rio de Janeiro. Essas reformas tinham como objetivo transformar a então capital federal num cartão-postal do Brasil e seu novo regime para o mundo. A República brasileira, que proclamava a modernidade e o progresso, não podia se apresentar para o mundo com seu velho traje: feio, colonial, confeccionado por escravos, sujo e empertigado de mazelas. Era preciso continuar o esforço de legitimação do regime republicano, iniciado pela fracassada investida na conquista do imaginário popular através de símbolos e alegorias<sup>2</sup>. A reforma era vital para “apagar” um passado de Colônia e Império que não deveria ser referenciado ou lembrado a cada esquina. Foi construído assim um forte discurso que validava e reforçava a importância das reformas na cidade naquele momento, com argumentos que iam desde a necessidade de se combater as epidemias que grassavam todos os anos na

---

\* Mestranda em História na Universidade Federal de Juiz de Fora e professora da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro.

cidade durante a estação calma e que assustavam os estrangeiros e os possíveis investimentos provenientes deles até a necessidade de dar mais funcionalidade ao centro, que com suas ruas estreitas e um porto em condições precárias prejudicava o crescimento econômico. Além disso, a cidade do Rio de Janeiro, enquanto capital federal, emanaria o progresso para todo resto de país<sup>3</sup>.

Somente após a gestão de Campos Salles, que conseguiu equilibrar financeiramente o país a custo de um arrocho na economia interna<sup>4</sup> é que o sonho da reforma pode ser consolidado. Seu sucessor, Rodrigues Alves (1902-1906) nomeou o engenheiro Francisco Pereira Passos para prefeitura da capital. Passos era experiente<sup>5</sup> e havia acompanhado de perto as reformas realizadas pelo Barão de Haussmann em Paris, reformas essas copiadas por quase todas as capitais que passaram por processos de reurbanização, remodelação e modernização na época como Viena, Florença, Copenhague e Buenos Aires<sup>6</sup>. Com o Rio de Janeiro não seria diferente. A custo de empréstimos, demolições e construções nasce uma nova cidade<sup>7</sup>.

A reforma sem dúvida deixou o Rio de Janeiro mais salubre, mais moderno, mais funcional e com melhor aparência. Porém as benesses advindas da modernidade e do progresso tinham como alvo uma parcela bem seleta da população da cidade, os “abastados”, os que podiam pagar pelos serviços e pelo conforto. Os pobres vivenciaram a reforma como uma tragédia coletiva, que os deixava em situação bem pior que a anterior. Para ser construída a nova cidade, ou melhor, o novo centro da cidade, foi necessário que os imóveis coloniais e grotescos dessa área central fossem demolidos para dar lugar a Avenida Central, ao Teatro Municipal e novos prédios com inspiração francesa... A questão é que nesses casarões coloniais se aglomerava grande parte da população pobre da cidade do Rio de Janeiro; eram as habitações coletivas e os cortiços consideradas focos de epidemia e “valhacouto de desordeiros”<sup>8</sup>. A demolição acabou empurrando esses populares para as favelas ou fazendo com que eles se aglomerassem ainda mais nas habitações remanescentes ou mais próximas ao Centro<sup>9</sup>. Tanto a República quanto a reforma desejavam colocar o Brasil em dia com a modernidade e o cientificismo<sup>10</sup> e isso não

combinava com homens descalços caminhando pela Avenida Central, escarrando nos bondes, com tabuleiro de miúdos de reses em cada esquina, com vacas bimbando seus sinos em frente ao grande teatro ou a uma elegante confeitaria. Isso tudo devia ser proibido, escondido, reprimido. É aqui que acabamos por adentrar no papel da polícia nesse cotidiano reformado.

Voltando ao fragmento que iniciamos esse texto, é preciso prestar bastante atenção no que o jornalista fala que são os empecilhos para que a picareta avance: “resistências de ordem moral”, “exigências de propriedade” e “exigências dos costumes arvorados em lei”. Não é nosso objetivo no momento discutir as exigências de propriedade e dos costumes arvorados em lei e que estavam sujeitos a uma legislação específica e que precisavam ser respeitados e negociados de maneira formal<sup>11</sup>. Nesse momento desejamos pensar no que ele chamou de “resistências de ordem moral”. O que pode ser enquadrado na ordem moral? Tudo aquilo que não está legitimado pela lei? Tudo que é validado pelo costume?<sup>12</sup> Consideraremos aqui que deve ser enquadrado na ordem moral as velhas e tradicionais usanças estabelecidas na cidade que os populares não desejavam abandonar<sup>13</sup>. Esse “não cooperar” com a construção da imagem da nova cidade exigia que a polícia interviesse para que esses costumes fossem alterados<sup>14</sup>.

É nesse momento que toda ação vai gerar uma reação. A exclusão social, a repressão policial e a resistência popular caminharam juntas nesse período republicano e os embates cotidianos com a polícia eram de toda ordem. A “missão” da polícia era ser defensora da modernidade, vigiar, reprimir e controlar a massa pobre e incivilizada que deveria fazer parte do teatro da Belle Époque somente para fornecer mão – de – obra abundante e barata. A “missão”, quase vital da população pobre, era então defender sua identidade e sua sobrevivência<sup>15</sup>. Temos diversos embates entre polícia e povo no cotidiano<sup>16</sup>, que configuravam uma resistência renitente e, na maioria das vezes, fracassada<sup>17</sup>. Nessa ocasião porém não desejamos discutir a validade, o sucesso ou insucesso dessas resistências. Nesse momento nos interessa destacar que eles resistiam apesar da repressão.

“O controle do mundo urbano revela a não-aceitação por diversos grupos do conjunto de serviços e procedimentos oferecidos ou necessários para o funcionamento da cidade moderna(...). A ação contra ‘certas casas de habitação coletiva, espalhadas pelo litoral dessa capital’ é tarefa dos médicos da diretoria de higiene e assistência pública, mas deve ser feita com a colaboração da polícia (...). A resistência à institucionalização do serviço urbano transparece em inúmeros pequenos combates onde as agências da prefeitura ou as empresas têm de recorrer a polícia (...). A diretoria de obras e viação também tem de recorrer constantemente à polícia para impedir a passagem de carroceiros pelas ruas em obras, pois estes desmancham freqüentemente as cercas e trincheiras , recusando ao governo o direito de interditar as vias públicas(...). A polícia era chamada (...) para proteger os funcionários municipais encarregados do extermínio de cães vadios , figuras detestados que eram apedrejadas e agredidas pelos populares (...).”<sup>18</sup>

A Diretoria de Higiene também se utilizava muito dos serviços policiais para vencer a resistência dos moradores as investidas sanitárias. A invasão de suas casas para desinfecção, retirada de doentes ou interdição e a invasão de seus corpos através da vacinação obrigatória acontecia de forma extremamente violenta e para que as medidas fossem aplicadas e a fiscalização fosse feita era sem dúvida necessário o apoio da polícia<sup>19</sup>. É fácil compreender assim que junto aos gritos de “abaixo a vacina” pudessem ser ouvido os gritos de “morra a polícia” também<sup>20</sup>.

É importante tentar ir além das grandes revoltas para compreender verdadeiramente o aparelho repressivo e de resistência. Apesar de serem importantes é necessário lembrar que elas não aconteciam diariamente. Uma análise sobre o trabalho policial e sobre as manifestações populares que só se concentre nelas pode se tornar um tanto quanto parcial. O trabalho cotidiano da polícia na Belle Époque era um tanto árduo devido as profundas operações realizadas em toda estrutura social e da difícil inserção do populacho na vida moderna, fazendo assim com que o ódio dirigido a ela aumentasse ainda mais. Odiava-se a polícia e tinha-se medo dela; os populares na maioria das vezes dirigiam seus ódios contra o governo para o representante deste mais próximo de sua realidade que

além disso era responsável por reprimi-los mais ainda. Para polícia, que também se organizava<sup>21</sup>, era difícil ter uma medida exata do controle que deveria exercer, precisava assim estar improvisando, misturando aprendizado técnico com o do cotidiano, mas na maioria das vezes sempre reprimia em excesso os pobres. As diretrizes políticas gerais eram seguidas a partir de arranjos particulares dos policiais, o que acabava por permitir a possibilidade de sobrevivências e de resistências<sup>22</sup>. Podemos perceber assim que tanto quanto a resistência, a repressão é uma coisa fluída, que deve ser entendida através de práticas do cotidiano e não somente a partir de movimentos pontuais onde a violência é traço marcante, não havendo lugar para negociação ou uma outra alternativa mais viável para ser executada pelo policial.

É preciso atenção para perceber que nesse contexto as pessoas comuns tinham estabelecidos os limites da ação do Estado em suas vidas, que nada mais era que um mal necessário. O governo existia e era preciso conviver com ele, com suas falcatruas e com seu desinteresse pelos mais necessitados. Se esse limite não fosse respeitado pelos detentores do poder e do saber, a alternativa viável e digna era defender, até mesmo com a própria vida, sua honra, seu costume, o que tinham como direito e até mesmo seu meio de sobrevivência.

“O Estado era aceito por esses cidadãos, desde que não violasse um pacto implícito de não interferir em sua vida privada, de não desrespeitar seus valores, sobretudo religiosos. Tais pessoas não podiam ser consideradas politicamente apáticas. Como disse a um repórter um negro que participara da revolta: o importante era ‘mostrar ao governo que ele não põe o pé no pescoço do povo!’ Eram, é verdade, movimentos reativos e não propositivos. Reagia-se a medidas racionalizadoras ou secularizadoras do governo. Mas havia nesses rebeldes um esboço de cidadão.”<sup>23</sup>

Esses embates só ocorriam porque eram valores opostos que estavam sendo defendidos por cada uma das partes. Valores esses que podemos entender através da concepção de duas cidadanias: uma formal, defendida pelo Estado que excluía a maior

parte da população e legitimava a repressão e uma informal, defendida pelos populares através de resistências a medidas vindas de cima que contrariavam seus costumes e impediam sua sobrevivência<sup>24</sup>. Essa cidadania informal, que garantia a participação política de setores excluídos, era em geral manifestada por embates físicos. Nas resistências populares aos desmandos do governo, podemos verificar que apesar de não participar da política oficial a população tinha alguma noção sobre os direitos dos cidadãos e deveres do Estado, onde se reagia as medidas extravagantes ou arbitrarias, se estabelecendo assim um esboço de cidadão, mesmo que em negativo<sup>25</sup>.

Podemos concluir assim que a análise do cotidiano repressivo da cidade nos fala também da resistência da população as medidas vindas de baixo para cima. A cidadania informal, exercida através dessa resistência demonstra que o Brasil tinha um povo que participava politicamente através de canais próprios e por motivos que estavam arraigados em sua vivência.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Revista *O Commentario*, janeiro de 1904, p. 14-17.

<sup>2</sup> Confira CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

<sup>3</sup> É importante lembrar que o primeiro plano urbanístico da cidade remonta a década de 1870, coincidindo com os anos mais prósperos epidêmicos do Segundo Reinado. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990, p. 138.

<sup>4</sup> Sobre a administração de Campos Salles confira SEVCENKO, Nicolau. *Mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 41-46 e VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias. Uma revisão da "política café - com -leite"*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001, p. 31-72 .

<sup>5</sup> Para mais informações sobre a trajetória de Pereira Passos, confira BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. cit., p. 192-198.

---

<sup>6</sup> Sobre as reformas urbanas em outras cidades que seguiram a inspiração francesa confira CHIAVARI, Maria Pace. As transformações urbanas no século XIX, p. 569-598. In: BRENNA, Giovana Rosso Del (org). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma cidade em questão*. Rio de Janeiro: Index, 1985.

<sup>7</sup> “A cidade velha, deteriorada, estreita, abafada e confusa, foi transformada (...) novas ruas foram abertas e as antigas alargadas e calçadas; os velhos edifícios foram destruídos. A abertura de grandes avenidas, a criação de boulevards e o embelezamento da região central revelavam de maneira clara as influências das reformas parisienses” MORAES, José Geraldo Vinci de. *Cidade e Cultura na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1994, p. 58.

<sup>8</sup> ‘Ao examiná-las supõe-se serem construções para o Esquimó ou Groenlândia: pequenas e estreitas janelas, portas e não largas, nenhuma condição de ventilação, salas quentes e abafadas, alcovas úmidas, escuras e sufocantes, corredores estreitíssimos e sempre esse esgoto na cozinha, essa sujidade bem junto a preparação dos alimentos cotidianos, tendo uma área, lugar infecto, nauseabundo, onde os despejos aglomerados produzem toda sorte de miasmas’. COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 111. In: BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. cit., p. 119.

<sup>9</sup> Confira ROCHA, Osvaldo Porto. *A era das demolições. Cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995, p. 90.

<sup>10</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 37.

<sup>11</sup> Sobre a negociação feita pela prefeitura, indenizações, desapropriações e as artimanhas usadas por ela para desvalorizar imóveis confira, BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. cit., p. 246-251.

<sup>12</sup> Nesse momento é impossível não fazer uma ligação com a obra de Thompson e seu conceito de economia moral, sendo esse o sentido que entendemos as “resistências de ordem moral” que trata o fragmento de texto. Confira THOMPSON, E.P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

<sup>13</sup> Sobre essas velhas usanças na cidade confira BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. cit., p. 277-315.

<sup>14</sup> BRETAS, Marcos Luiz. Op. cit., p. 101.

<sup>15</sup> “Nesta conjunção forma-se um cenário privilegiado para os interessados na constituição da cidade capitalista ou disciplinar, Encontram-se aí os embates entre os trabalhadores – em luta para preservar sua identidade, expressa em hábitos de lazer, trabalho e em inúmeras práticas sociais – em choque com a modernidade controladora almejada pelos sábios, que detinham poder suficiente para ser instrumentalizado em benefício da construção de suas utopias” BRETAS, Marcos Luiz. Op. cit., p. 31.

<sup>16</sup> Para exemplos de resistências populares aos serviços urbanos confira no Arquivo Nacional, GIF1, caixa 6C37.

<sup>17</sup> As resistências “bem –sucedidas” foram designadas como resistências culturais. Para saber mais sobre as resistências culturais confira SOHIET, Rachel. *A subversão pelo riso. Estudos sobre o carnaval carioca da Belle Epoque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

<sup>18</sup> BRETAS, Marcos Luiz. Op. cit., p. 100.

<sup>19</sup> CRAVALHO, José Murilo. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 94.

<sup>20</sup> Ibid, p. 101. É curioso observar que, na maioria dos conflitos que ocorriam na cidade, junto aos gritos da causa sempre encontramos o grito de “Morra a polícia”.

<sup>21</sup> BRETAS, Marcos Luiz. Op. cit., p. 37.

<sup>22</sup> BRETAS, Marcos Luiz. Op. cit., p. 93.

<sup>23</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. Um longo caminho*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 75.

<sup>24</sup> BRETAS, Marcos Luiz. Op. cit., p. 115.

<sup>25</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. Um longo caminho*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 75.